

Título

A MENTE DO CRIMINOSO VIOLENTO

Fundamentos Neurobiológicos, Psicológicos e Sociais da Violência Criminal

Autor

Albino Gomes

Edição

Letras e Conceitos Lda.

geral.letraseconceitos@gmail.com

Paginação

Letras e Conceitos Lda.

Impressão

1.^a Edição

Setembro 2026

ISBN

978-989-565-249-5

Depósito Legal

000-000/26

Todos os direitos reservados

© **Letras e Conceitos Lda.**

ALBINO GOMES

A MENTE DO CRIMINOSO VIOLENTO

*Fundamentos Neurobiológicos,
Psicológicos e Sociais da Violência Criminal*



Aos que, na escuridão dos gabinetes clínicos,
das salas de julgamento e das celas de segurança máxima,
procuram compreender antes de condenar –
porque a compreensão é o primeiro instrumento da prevenção.

PREFÁCIO

Todo o livro sobre violência corre um risco duplo. O primeiro é o da distância excessiva: tratar o sofrimento humano como uma coleção de variáveis, tabelas e coeficientes de correlação, esquecendo que por detrás de cada estatística há um rosto, uma vítima, uma família e, frequentemente, também um agressor com uma história própria. O segundo risco é o oposto – o da proximidade sem rigor: deixar-se levar pela narrativa, pela comoção ou pela indignação moral, perdendo o compromisso com aquilo que a evidência científica efetivamente permite afirmar. Este livro foi escrito na tentativa, sempre imperfeita, de evitar ambos os extremos.

A ideia de reunir num único volume os fundamentos neurobiológicos, psicológicos e sociais da violência criminal surgiu da constatação, repetida ao longo de anos de prática forense e de contacto com o sistema de justiça, de que estes três planos de leitura raramente se encontram. Os manuais de neurociência falam de circuitos e neurotransmissores; os manuais de psicologia forense falam de traços de personalidade e de perfis de risco; os manuais de sociologia e de criminologia falam de estruturas, desigualdades e contextos. Cada um destes olhares é válido e necessário; nenhum deles, isoladamente, é suficiente. Um cérebro não comete um crime fora de um corpo, de uma história de vida e de uma sociedade concreta – e é precisamente nessa interseção que se joga a possibilidade de compreender, prevenir e, quando necessário, tratar.

Este é, por isso, um livro de fronteiras. Fronteiras entre disciplinas que raramente dialogam com a fluência que o problema exige; fronteiras entre a ciência e o direito, que falam línguas diferentes sobre o mesmo ser humano; e fronteiras entre a compreensão e a condenação, que a epígrafe deste livro pro-

cura não confundir. Compreender não é desculpar. É, isso sim, o único caminho sério que temos para prevenir aquilo que, de outro modo, apenas repetimos.

Ao longo dos capítulos que se seguem, o leitor encontrará estudos de neuroimagem lado a lado com histórias de vida, questionários psicométricos ao lado de números de política criminal, casos internacionais ao lado do contexto português. Esta opção foi deliberada. A violência criminal não respeita as fronteiras administrativas do conhecimento acadêmico, e um livro que pretenda ser útil a quem trabalha todos os dias com este problema – clínicos, peritos forenses, magistrados, agentes de reinserção social, investigadores e estudantes – não se pode dar ao luxo de escolher apenas uma dessas linguagens.

Devo uma palavra de humildade a este trabalho. A ciência da violência é uma ciência jovem, cheia de resultados provisórios, de replicações difíceis e de debates ainda por resolver. Em vários pontos deste livro, o leitor mais atento notará que as certezas são poucas e as perguntas em aberto são muitas. Isso não é uma fraqueza do texto – é uma característica honesta do próprio objeto de estudo. Prefiro um livro que assinale os seus próprios limites a um livro que prometa respostas que a ciência ainda não tem.

Este livro dirige-se, em primeiro lugar, a quem trabalha nas linhas da frente da compreensão e da resposta à violência: profissionais de saúde mental, peritos médico-legais, magistrados e advogados, forças de segurança, técnicos de reinserção social, investigadores e estudantes das ciências forenses. Mas dirige-se também a qualquer leitor que, perante as notícias de um crime violento, sinta que a pergunta "porquê?" merece uma resposta mais séria do que aquelas que habitualmente circulam no espaço público.

Que este livro seja lido, acima de tudo, como um convite: ao rigor no lugar da simplificação, à compreensão no lugar do julgamento apressado, e à prevenção no lugar da mera resposta punitiva. Se conseguir contribuir, ainda que modestamente, para esse deslocamento, terá cumprido o seu propósito.

INTRODUÇÃO

Porque é que uma pessoa mata, viola ou agride outra? Poucas perguntas atravessam de forma tão persistente a história do pensamento humano, e poucas resistem tão bem a respostas simples. Filósofos, teólogos, juristas, médicos e, mais recentemente, neurocientistas e psicólogos têm-se debruçado sobre esta questão ao longo de séculos, sem que nenhuma disciplina, isoladamente, tenha conseguido esgotá-la. Este livro parte do pressuposto de que essa incapacidade não é um fracasso, mas um sintoma: a violência criminal é um fenómeno genuinamente multideterminado, e só uma abordagem que integre os seus diferentes níveis de explicação – biológico, psicológico e social – pode aproximar-nos de uma compreensão minimamente honesta do problema.

A MENTE DO CRIMINOSO VIOLENTO organiza-se precisamente em torno desta lógica de integração. O livro está dividido em cinco partes, que correspondem a cinco níveis de análise progressivamente mais próximos da prática clínica, forense e política.

A Parte I – Fundamentos Neurobiológicos da Violência Criminal – desce até à sinapse. Examina a neuroanatomia da agressão, os circuitos cerebrais implicados na violência reativa e proactiva, os sistemas de neurotransmissores e hormonais que modulam o comportamento agressivo, os contributos da genética e da epigenética, e o impacto das lesões cerebrais na emergência de comportamento violento. É aqui que se lançam as bases conceptuais que atravessarão o resto do livro, nomeadamente a distinção, central em toda a obra, entre agressão reativa e agressão proactiva.

A Parte II – Psicopatologia e Perfis Clínicos – sobe um nível de análise, da biologia para a psicopatologia. Trata a psicopatia na sua complexidade histórica,

conceitual e psicométrica, as perturbações da personalidade e a sua relação – real, mas mais complexa do que os estereótipos sugerem – com a violência, e os quadros psicóticos, com particular atenção aos mecanismos que ligam o delírio ao ato violento e ao modo como o estigma público distorce a percepção deste risco.

A Parte III – Fatores Desenvolvimentais e Sociais – desloca o olhar da estrutura interna do indivíduo para a sua história de vida e para o contexto que o rodeia. Aborda o trauma, o abuso e a vinculação insegura na infância, a violência estrutural e o peso da desigualdade socioeconómica, os processos psicológicos que permitem que pessoas comuns cometam atos extraordinários no contexto de grupos, gangues, radicalização e genocídio, e a violência doméstica e de género, com o seu peso silencioso e frequentemente invisível.

A Parte IV – Avaliação Forense e Intervenção – traduz todo este conhecimento em prática. Discute os instrumentos e métodos de avaliação do risco de violência, as opções e os limites da intervenção terapêutica com agressores violentos, e as implicações de tudo isto para a política criminal e a prevenção, num capítulo que procura deliberadamente confrontar a evidência científica com o populismo penal que tantas vezes domina o debate público.

A Parte V – Perspetivas Especializadas: Populações, Contextos e Disciplinas – dedica-se, por fim, a olhares que a estrutura anterior, por necessidade de organização, não conseguiria captar na sua especificidade: a neurociência forense e os seus limites, a mente da criança e do jovem violento, a mente da mulher criminosa violenta – um campo historicamente negligenciado –, a mente do idoso criminoso violento, a mente do terrorista, a violência associada à doença mental e, por fim, o papel da psiquiatria forense como disciplina-ponte entre a ciência e o direito.

Um fio conduz estas cinco partes. Em quase todos os capítulos, o leitor encontrará uma estrutura semelhante: uma revisão do conhecimento científico atual, uma reflexão sobre as suas implicações éticas e uma atenção deliberada ao contexto português – à sua legislação, às suas instituições e aos seus dados. Esta opção reflete a convicção de que um livro sobre violência criminal não pode ser apenas uma síntese da literatura internacional; tem de dialogar com a realidade concreta em que os seus leitores portugueses trabalham e decidem todos os dias.

Importa também explicitar aquilo que este livro não é. Não é um tratado determinista que reduz o comportamento violento a uma equação de genes,

hormonas e lesões cerebrais. Também não é um manual que ignore a biologia em nome de explicações exclusivamente sociais ou morais. E não é, nunca, um instrumento de desresponsabilização: compreender os fatores que aumentam a probabilidade de comportamento violento não elimina a responsabilidade individual pelos atos cometidos, tal como a existência de fatores de risco não torna a violência inevitável para quem os apresenta. Esta tensão – entre explicação e responsabilidade, entre determinismo e livre-arbítrio – atravessa o livro do primeiro ao último capítulo, e é discutida explicitamente sempre que a evidência científica a coloca em primeiro plano, nomeadamente nos capítulos dedicados à neurociência forense e à imputabilidade penal.

Este livro não pretende ser lido necessariamente do início ao fim. Cada capítulo foi construído para ser relativamente autónomo, com a sua própria introdução e conclusão, o que permite ao leitor – clínico, forense, jurista, investigador ou estudante – consultar diretamente o tema que lhe interessa. Ainda assim, a leitura sequencial revela algo que a consulta pontual não capta: a forma como os mesmos fenómenos – a desregulação emocional, o desengajamento moral, a exposição precoce à adversidade – reaparecem, com nuances distintas, em contextos aparentemente tão diferentes como a violência doméstica, o terrorismo ou o crime cometido na terceira idade.

Convido o leitor a percorrer estas páginas com o mesmo espírito com que foram escritas: com rigor científico, com desconforto perante as simplificações fáceis, e com a convicção de que compreender a mente do criminoso violento é, em última análise, um ato ao serviço de uma sociedade mais segura, mais justa e mais capaz de prevenir aquilo que, de outro modo, estaria condenada a apenas lamentar.

ÍNDICE

Prefácio	7
Introdução	9

PARTE I

FUNDAMENTOS NEUROBIOLÓGICOS DA VIOLÊNCIA CRIMINAL OS ALICERCES BIOLÓGICOS

Do comportamento agressivo: da sinapse ao crime

CAPÍTULO 1

NEUROANATOMIA DA AGRESSÃO E DA VIOLÊNCIA

*Bases neurobiológicas, circuitos cerebrais
e implicações clínico-forenses*

1. Introdução	35
2. Fundamentos neurobiológicos da agressão	36
2.1. Perspetiva evolutiva e etológica	36
2.2. Modelos neurobiológicos fundamentais.....	36
3. Estruturas neuroanatômicas centrais.....	37
3.1. Córtex pré-frontal.....	37
Organização e subdivisões.....	37
3.2. Evidências de neuroimagem.....	38
3.3. Amígdala.....	38
Anatomia e conectividade	38

3.4. O papel da amígdala na agressão reativa	39
3.5. Hipotálamo	39
3.6. Hipocampo e córtex cingulado anterior.....	40
3.7. Estriado e via dopaminérgica mesolímbica	40
4. Sistemas de neurotransmissores.....	41
4.1. Serotonina	41
4.2. Dopamina	41
4.3. Noradrenalina	42
4.4. GABA e glutamato.....	42
5. Factores hormonais e neuroendócrinos.....	42
5.1. Testosterona.....	42
5.2. Cortisol e o eixo HPA.....	43
6. Tipos de agressão e circuitos neuronais	43
6.1. Agressão reativa vs. proactiva	43
6.2. O Circuito de agressão reativa.....	44
7. Factores genéticos e epigenéticos	45
7.1. Genética comportamental da agressão.....	45
7.2. Epigenética e trauma precoce	45
8. Conclusão.....	46

CAPÍTULO 2

GENÉTICA, EPIGENÉTICA E PREDISPOSIÇÃO PARA A VIOLÊNCIA

1. Introdução	47
2. Estudos de heritabilidade: gémeos e adoção.....	48
2.1. Estudos de gémeos	48
2.2. Estudos de adoção	49
3. Genes candidatos: MAOA, COMT e outros	50
3.1. O gene MAOA.....	50

ÍNDICE

3.2. O gene COMT	51
3.3. Transportador de serotonina (5-HTTLPR)	52
3.4. Estudos de genoma completo (GWAS) e os seus limites	53
3.5. Epigenética: e elo entre genética e ambiente	53
3.6. Mecanismos epigenéticos	54
3.7. Cuidados Maternos e Programação Epigenética	54
3.8. Trauma infantil e epigenética em humanos	55
4. O Modelo de interação gene-ambiente (GXE)	55
4.1. Modelos de sensibilidade diferencial	55
4.2. Limitações metodológicas dos estudos GxE	56
4.3. Implicações éticas e limitações da investigação	56
5. Conclusão	57

CAPÍTULO 3

NEUROBIOQUÍMICA: SEROTONINA, DOPAMINA E CORTISOL

3.1. Serotonina: o modulador da impulsividade	59
3.2. Dopamina: recompensa, risco e motivação para a violência	60
3.3. O eixo HHS e o cortisol	61
3.4. Testosterona: o papel modulador	61
3.5. Implicações farmacológicas	62

CAPÍTULO 4

LESÕES CEREBRAIS E DISFUNÇÃO DO CÓRTEX PRÉ-FRONTAL

Quando um golpe na cabeça muda quem alguém é

1. Introdução	63
2. A anatomia funcional do córtex pré-frontal	64
3. Dois síndromes pré-frontais: o disexecutivo e o pseudopsicopático	64

4. Sociopatia adquirida: quando a lesão cria o que não existia antes	65
5. Traumatismo cranioencefálico e criminalidade: a epidemiologia prisional	66
6. Um caso especial: a encefalopatia traumática crónica.....	66
7. Avaliação neuropsicológica forense de traumatismo cranio-encefálico	67
8. Reabilitação e prevenção	68
9. O contexto português.....	68
10. Considerações éticas.....	69
11. Conclusão	69

CAPÍTULO 5

VIOLÊNCIA IMPULSIVA VS. PREMEDITADA

Dois violências, dois cérebros, duas respostas da justiça

1. Introdução	71
2. A dicotomia fundamental: agressão reativa e agressão proativa	72
3. A neurobiologia da agressão reativa: um sistema em alarme.....	72
4. A neurobiologia da agressão proativa: o corpo em silêncio.....	73
5. O papel da serotonina	74
6. Frequência cardíaca de repouso: o marcador biológico mais replicado ...	74
7. Psicopatia e agressão instrumental	75
8. Medir a distinção: o questionário de agressão reativa-proativa	75
9. Casos mistos e os limites da dicotomia.....	75
10. Premeditação no direito penal português: o homicídio qualificado	76
11. Implicações forenses e terapêuticas	77
12. Considerações éticas.....	77
13. Conclusão	78

PARTE II

PSICOPATOLOGIA E PERFIS CLÍNICOS

*Do diagnóstico ao perfil forense:
quando a mente transtornada mata*

CAPÍTULO 6

PSICOPATIA: DEFINIÇÃO, AVALIAÇÃO E SUBTIPOS

1. Introdução	81
2. Definição e Evolução Histórica do Conceito	81
2.1. Raízes históricas: da "loucura moral" à "personalidade psicopática"	81
2.2. Hervey Cleckley e a formulação clínica clássica	82
2.3. Karpman e a distinção primária/secundária	83
2.4. Robert Hare e a operacionalização psicométrica	83
3. Psicopatia e os Sistemas de Classificação Diagnóstica	84
3.1. A ausência de "psicopatia" enquanto categoria formal	84
3.2. Perturbação da Personalidade Antissocial (DSM-5, Secção II)	84
3.3. O especificador "Com Características Psicopáticas" no Modelo Alternativo do DSM-5	85
3.4. A abordagem da CID-11	85
3.5. Implicações desta dissociação nosológica	85
4. Modelos Teóricos Contemporâneos da Estrutura da Psicopatia	86
4.1. O modelo de dois fatores e quatro facetas de Hare	86
4.2. O modelo trifatorial de Cooke e Michie	87
4.3. O Modelo Triárquico de Patrick, Fowles e Krueger	87
4.4. A Psicopatia no Modelo dos Cinco Fatores	88
5. Avaliação da Psicopatia	89
5.1. A Psychopathy Checklist-Revised (PCL-R)	89
5.2. Versões derivadas da PCL-R	90
5.3. Medidas de auto-relato	90
5.4. Questões de validade transcultural e de género	91

6. Subtipos de Psicopatia	92
6.1. Psicopatia primária <i>versus</i> secundária	92
6.2. Subtipos empiricamente derivados: o trabalho de Hicks e colaboradores	93
6.3. Subtipos derivados do Modelo Triárquico	93
6.4. Psicopatia "bem-sucedida" versus "não bem-sucedida"	94
6.5. Traços insensíveis-não-emocionais na infância e adolescência	94
7. Etiologia: breve nota sobre fatores genéticos, neurobiológicos e ambientais	95
8. Prevalência e contextos de manifestação	96
9. Implicações clínicas e forenses, e controvérsias atuais	96
10. Conclusão	97

CAPÍTULO 7

PERTURBAÇÕES DA PERSONALIDADE E VIOLÊNCIA

1. Introdução	99
2. Perturbações da personalidade: um mapa para um território complexo... 99	
3. Personalidade e violência: uma relação real, mas mais complexa do que parece	100
4. O Cluster B em detalhe	102
4.1. Perturbação da personalidade antissocial	102
4.2. Psicopatia: um construto próximo, mas não sobreponível	102
4.3. Perturbação da personalidade borderline	103
4.4. Perturbação da personalidade narcísica	104
4.5. Perturbação da personalidade histriónica e outros padrões do Cluster B	105
5. Para além do Cluster B	105

ÍNDICE

6. Os mecanismos por detrás da violência	105
7. Avaliar o risco: entre a ciência e a prudência clínica	106
8. Ética, estigma e o perigo das simplificações.....	107
9. Conclusão.....	108

CAPÍTULO 8

PSICOSE, DELÍRIO E CRIMES VIOLENTOS

Entre a ciência, o estigma e a prática clínica

1. Introdução	109
2. O que é a psicose? Uma síntese clínica.....	109
3. O delírio: convicção inabalável e realidade distorcida	110
4. Psicose e violência: o que dizem realmente os números.....	110
5. Mecanismos: como é que um delírio pode conduzir à violência?	112
5.1. A hipótese do “threat/control-override”	112
5.2. Alucinações de comando.....	113
5.3. O papel decisivo do consumo de substâncias.....	114
6. Fatores de risco: o que realmente prediz a violência	114
6.1. Fatores estáticos (não modificáveis)	115
6.2. Fatores dinâmicos (modificáveis através de tratamento).....	115
7. Estigma, media e a construção social do “louco perigoso”	115
8. Avaliação de risco, intervenção precoce e prevenção	116
9. Considerações éticas e legais.....	117
10. Conclusão	118

PARTE III

FATORES DESENVOLVIMENTAIS E SOCIAIS

Do berço à violência: as raízes sociais e relacionais do crime

CAPÍTULO 9

**TRAUMA, ABUSO E VINCULAÇÃO INSEGURA
NA INFÂNCIA**

*Como as primeiras relações moldam o cérebro,
a mente e o futuro*

1. Introdução	121
2. A teoria da vinculação: as bases científicas	121
3. Estilos de vinculação: quatro formas de amar e de temer.....	122
4. Vinculação desorganizada: "medo sem solução"	123
5. O que conta como trauma e abuso na infância.....	124
6. O Estudo das experiências adversas na infância (ACE).....	125
7. A biologia do trauma: o que acontece ao cérebro em desenvolvimento	125
8. Trauma complexo e a proposta de uma "perturbação de trauma do desenvolvimento"	126
9. A transmissão intergeracional: quando o passado dos pais molda o futuro dos filhos	127
10. Resiliência: o que protege uma criança do pior desfecho possível.....	128
11. Conclusão	128

CAPÍTULO 10

CONTEXTO SOCIOECONÓMICO E VIOLÊNCIA ESTRUTURAL

*Quando as estruturas sociais,
e não apenas as pessoas, produzem dano*

1. Introdução	131
---------------------	-----

ÍNDICE

2. O conceito de violência estrutural: a contribuição de Johan Galtung.....	131
3. Desigualdade económica e violência: o que mostram os números	132
4. A vizinhança importa: desorganização social e eficácia coletiva	133
5. O stress tóxico da pobreza: da estrutura ao corpo, do corpo ao comportamento.....	134
6. Um ciclo, não uma linha reta: violência como causa e consequência da pobreza.....	135
7. O contexto português.....	135
8. Violência estrutural e saúde: um problema também clínico	136
9. Prevenção: o que a evidência mostra que funciona	137
10. Considerações éticas: nomear a estrutura sem desresponsabilizar a pessoa	138
11. Conclusão	138

CAPÍTULO 11

VIOÊNCIA DE GRUPO: GANGUES, RADICALIZAÇÃO E GENOCÍDIO

*Como pessoas comuns se tornam capazes
de atos extraordinários*

1. Introdução	141
2. A psicologia da pertença: porque nos juntamos a grupos.....	141
3. O fenómeno dos gangues juvenis em Portugal	142
4. Quando o “eu” se dissolve no grupo: desindividualização e identidade social	143
5. Obediência à autoridade e a banalidade do mal	143
6. Desengajamento moral: como se desliga a consciência	144
7. Radicalização: a escada para o extremismo violento	145

8. Do preconceito ao genocídio: o continuum da destruição.....	146
9. Desumanização e propaganda: o caso do Ruanda	146
10. Prevenção e intervenção: o que a evidência mostra que funciona	147
10.1. Saída de gangues	147
10.2. Desradicalização e prevenção do extremismo violento	148
10.3. O papel do espetador ativo	148
11. Considerações éticas.....	148
12. Conclusão	149

CAPÍTULO 12

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E DE GÉNERO

Quando o perigo mora dentro de casa

1. Introdução	151
2. Definições: violência doméstica, de género e entre parceiros íntimos	152
3. Controlo coercivo: a contribuição de Evan Stark	152
4. A tipologia de Michael Johnson.....	153
5. O ciclo da violência	154
6. Porque é difícil sair: barreiras reais, não fraqueza pessoal.....	154
7. Crianças expostas à violência doméstica	155
8. Feticídio: quando a violência mata	156
9. A dimensão do problema em Portugal	156
10. O enquadramento legal português.....	157
11. A rede de apoio à vítima em Portugal	157
12. Considerações éticas.....	158
13. Conclusão	158

PARTE IV

AVALIAÇÃO FORENSE E INTERVENÇÃO

Da teoria à prática: avaliar, tratar e prevenir a violência criminal

CAPÍTULO 13

**AVALIAÇÃO DO RISCO DE VIOLÊNCIA:
INSTRUMENTOS E MÉTODOS**

A ciência incerta de prever o comportamento humano

1. Introdução	163
2. Porque avaliamos o risco de violência	164
3. A grande divisão histórica: julgamento clínico e previsão estatística	164
4. A terceira via: o julgamento profissional estruturado	165
5. Instrumentos atuais: quando o número decide	165
6. A avaliação da psicopatia: o PCL-R	166
7. Avaliação do risco em jovens: o SAVRY	167
8. Do diagnóstico à intervenção: o modelo Risco-Necessidade-Responsividade	167
9. Algoritmos, inteligência artificial e o caso COMPAS	168
10. A prática em Portugal	169
11. Limitações e considerações éticas	169
12. Conclusão	170

CAPÍTULO 14

INTERVENÇÃO TERAPÊUTICA COM AGRESSORES VIOLENTOS

O que a ciência sabe, e não sabe, sobre mudar quem faz mal

1. Introdução	171
2. Porque tratamos, e não apenas punimos	172

3. O modelo Duluth e a intervenção em violência doméstica: origem e evidência desconfortável.....	172
4. Terapia cognitivo-comportamental: o motor mais consistente da mudança.....	173
5. Para lá da redução do risco: o Good Lives Model	174
6. Entrevista motivacional: envolver quem não quer estar ali	174
7. O desafio da psicopatia: tratamento possível?	175
8. Justiça restaurativa: potencial e limites com violência	176
9. O Programa para agressores de violência doméstica em Portugal.....	176
10. O que a evidência global diz, em conjunto: fatores de eficácia.....	177
11. Considerações éticas.....	178
12. Conclusão	178

CAPÍTULO 15

IMPLICAÇÕES PARA A POLÍTICA CRIMINAL E A PREVENÇÃO

Da ciência à decisão: o que fazer com tudo o que sabemos

1. Introdução	181
2. Da explicação à política: porque a etiologia importa.....	181
3. O modelo de saúde pública aplicado à violência.....	182
4. O pacote INSPIRE: sete estratégias com evidência internacional	183
5. A aritmética da prevenção: o que o custo-benefício mostra.....	183
6. O que funciona, o que não funciona, o que é promissor.....	184
6.1. O que funciona, com boa evidência	184
6.2. O que não funciona, ou funciona muito pior do que se assume	184
6.3. O que é promissor, mas ainda carece de mais evidência robusta..	185

7. Política baseada em evidência versus populismo penal.....	185
8. O caso português: lições de uma política baseada em evidência	186
9. Reinvestimento de justiça: uma proposta de arquitetura orçamental.....	186
10. Limitações e desafios de implementação.....	187
11. Considerações éticas finais.....	187

PARTE V

PERSPETIVAS ESPECIALIZADAS: POPULAÇÕES, CONTEXTOS E DISCIPLINAS

*Neurociência forense, populações específicas
e psiquiatria ao serviço da justiça*

CAPÍTULO 16

NEUROCIÊNCIA FORENSE NA INTERPRETAÇÃO DA MENTE DO CRIMINOSO

*O que o cérebro revela
– e o que ainda não pode dizer – sobre a violência*

1. Introdução	191
2. A neurocriminologia: uma disciplina em construção	192
3. O córtex pré-frontal e a amígdala: o travão e o alarme	192
4. Genética comportamental: o chamado “gene guerreiro”	193
5. O cérebro adolescente e a lei: dos laboratórios ao Supremo Tribunal	194
6. Neuroimagem em tribunal: potencial e limites.....	195
7. Detecção de mentiras por neuroimagem: uma promessa por cumprir	195
8. O debate sobre livre-arbítrio e responsabilidade penal.....	196
9. A prova neurocientífica na Europa e em Portugal.....	196
10. Considerações éticas: entre a explicação e o determinismo.....	197

10.1. Um alerta metodológico transversal: correlação, causa e o problema do grupo pequeno.....	198
11. Conclusão	198

CAPÍTULO 17

A MENTE DA CRIANÇA E DO JOVEM VIOLENTO

Compreender sem rotular, intervir sem desistir

1. Introdução	201
2. Dois caminhos diferentes: a taxonomia desenvolvimental de Terrie Moffitt.....	202
3. As raízes precoces do grupo persistente	203
4. Traços calosos-insensíveis: a dimensão afetiva do risco	203
5. O debate sobre rotular crianças como “psicopatas”	203
6. Quadros clínicos: da oposição à perturbação do comportamento	204
7. Fatores de risco: uma trajetória, não um destino	205
8. Fatores de proteção: o que torna uma trajetória reversível.....	205
9. Porque as crianças matam: uma análise específica do homicídio	206
9.1. Uma tipologia do homicídio juvenil.....	206
9.2. Quando a vítima é um familiar: a investigação sobre parricídio.....	207
9.3. Os casos mais raros: crianças muito jovens	208
9.4. O que estes casos, no seu conjunto, nos ensinam.....	208
10. A idade da responsabilidade penal: ciência e direito em diálogo	209
11. Intervenção e prognóstico: o que funciona com crianças e jovens	210
12. Considerações éticas: compreender sem rotular, intervir sem desistir ..	210
13. Conclusão	211

CAPÍTULO 18

A MENTE DA MULHER CRIMINOSA VIOLENTA

*Homicídio, terrorismo e agressão sexual:
um campo historicamente negligenciado*

1. Introdução	213
2. Porque as mulheres matam: um panorama geral	214
3. Homicídio de parceiros íntimos: para lá do estereótipo único	214
4. Filicídio e neonaticídio: a tipologia de Resnick	215
5. Mulheres terroristas: motivações e papéis	216
6. Estudos de caso: as “viúvas negras” chechenas e o Boko Haram	217
7. Agressoras sexuais femininas: o campo mais negligenciado de todos....	217
8. Tipologias da agressão sexual feminina.....	218
9. Mitos, deteção e o custo do subdiagnóstico.....	219
10. Um fio condutor: trauma, coação e psicopatologia não tratada	219
11. O contexto português	220
12. Considerações éticas.....	220
13. Conclusão	221

CAPÍTULO 19

A MENTE DO IDOSO CRIMINOSO VIOLENTO

Homicídio, terrorismo e agressão sexual na terceira idade

1. Introdução	223
2. Porque os idosos matam: um perfil distinto	224
3. Homicídio-suicídio conjugal: o cuidador exausto	224
4. Dois caminhos até à velhice: o criminoso envelhecido e o agressor tardio.....	225

5. A neurociência da desinibição: quando a demência causa o crime	226
6. Agressores sexuais idosos: início tardio, persistência oculta e o papel da demência	227
7. Idosos terroristas e extremistas: para lá do estereótipo do jovem radicalizado	228
8. Avaliação forense em idosos: desafios específicos	229
9. O contexto português: uma população prisional e forense em envelhecimento	229
10. Considerações éticas	230
11. Conclusão	230

CAPÍTULO 20

A MENTE DO TERRORISTA

Porque a explicação mais simples é quase sempre a errada

1. Introdução	233
2. O mito da "personalidade terrorista"	234
3. Se não é doença mental, o que é? A procura de significância	234
4. A psicologia do terrorismo suicida	235
5. O terrorista solitário: uma exceção genuína à regra?	236
6. Ideologia como narrativa, não como causa isolada	237
7. O papel do grupo: da escada de Moghaddam ao desengajamento moral	237
8. Existe um "cérebro do terrorista"? Os limites da neurociência	238
9. Desradicalização: aplicando a teoria da significância à prevenção	239
10. Contexto europeu e português	239
11. Considerações éticas	240
12. Conclusão	240

CAPÍTULO 21

A MENTE DO CRIMINOSO VIOLENTO COM DOENÇA MENTAL

*Inimputabilidade e medidas de segurança
em Portugal*

1. Introdução	241
2. Doença mental e violência: para lá da psicose	242
3. O conceito jurídico de inimputabilidade em Portugal	243
4. Imputabilidade diminuída: a zona intermédia	244
5. Da inimputabilidade à medida de segurança	244
5.1. Duração mínima e limite máximo	245
5.2. Quantas pessoas cumprem, em Portugal, medida de segurança?	245
6. As unidades de psiquiatria forense em Portugal: entre a lei e a realidade	246
7. Uma nota comparativa	247
8. Considerações éticas	247
9. Conclusão	248

CAPÍTULO 22

**O PAPEL DA PSIQUIATRIA FORENSE
NA AVALIAÇÃO DO CRIMINOSO VIOLENTO**

A ponte, sempre imperfeita, entre a mente e a lei

1. Introdução	249
2. Uma breve história: o caso M'Naghten e o nascimento da psiquiatria forense moderna	250
3. O que distingue o psiquiatra forense do clínico	250
4. Tipos de perícia: para lá da imputabilidade	251
5. A metodologia da perícia médico-legal psiquiátrica	252

6. Detecção de simulação: quando a perícia é posta à prova.....	253
7. O sistema português: o INMLCF e a articulação com os tribunais	253
8. Formação e credenciação do perito.....	254
9. Limitações e controvérsias: a “batalha de peritos”	255
10. Considerações éticas.....	255
11. Conclusão	256
Notas finais	257
Glossário de termos técnicos.....	261
Referências Bibliográficas.....	265

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Principais estudos de neuroimagem do córtex pré-frontal na agressão e violência	37
Tabela 2. Comparação neurobiológica entre agressão reativa e proactiva	44
Tabela 3. Síntese dos principais estudos de heritabilidade do comportamento antissocial e criminal	49
Tabela 4. Principais genes candidatos estudados em relação ao comportamento agressivo e antissocial.....	52